

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**  
**POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO E A**  
**INSERÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA EDUCAÇÃO**  
**SUPERIOR**

Ingrid de Cássia Selegrin Campos – UEL  
[ingridselegrin2014@gmail.com](mailto:ingridselegrin2014@gmail.com);  
Tania da Costa Fernandes - UEL  
[taniafernandes@uel.br](mailto:taniafernandes@uel.br)

**Eixo 8: Educação e Política**

**Resumo**

O presente trabalho visa relatar a pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual Londrina - PR. O estudo avalia as reformas educacionais voltadas para o Ensino Médio e traz como problemática central: Quais as implicações dessas políticas educacionais para o Ensino Médio na inserção dos jovens da classe trabalhadora brasileira na Educação Superior? Tem por objetivo analisar as implicações das recentes reformas educacionais voltadas para o Ensino Médio – a Lei 13.415/2017, a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução n°. 3 de 21 de novembro de 2018 – no que tange ao currículo desta etapa de ensino e, conseqüentemente, a formação dos jovens e suas condições de acúmulo intelectual para inserção na Educação Superior. Trata-se de pesquisa bibliográfica que, à luz do materialismo histórico dialético, busca responder às inquietações propostas no problema de pesquisa. Pretende-se evidenciar as contradições na luta de classes presentes na sociedade brasileira, em particular naquilo que afeta os jovens no Ensino Médio, consolidadas em forma de lei. Como resultados parciais observa-se que as mudanças curriculares no Ensino Médio estão alinhadas ao regime de acumulação flexível que tem como primazia a formação aligeirada de trabalhadores e com subjetividades flexíveis que não questionem e reproduzam o discurso hegemônico das frações de classes dominantes. Tais currículos, tendencialmente empobrecidos em relação à oferta de conteúdos que permitam a reflexão mais ampliada e uma compreensão de uma visão de mundo ampla e crítica, podem inviabilizar a inserção da classe trabalhadora na Educação Superior.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais; Reforma do Ensino Médio; Educação Superior.

**Introdução**

A pesquisa analisa as implicações das recentes reformas educacionais voltadas para o Ensino Médio – a Lei 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Resolução n°. 3 de 21 de novembro de 2018 – no que tange ao currículo desta etapa de ensino e,

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

consequentemente, a formação dos jovens e suas condições de acúmulo intelectual para inserção na Educação Superior.

Este estudo traz como problemática a seguinte questão: Quais as implicações das políticas educacionais para o Ensino Médio, Resolução n°. 3 de 21 de novembro de 2018 na inserção dos jovens da classe trabalhadora brasileira na Educação Superior?

Para isso, é necessário compreender que as políticas que envolvem a reforma do Ensino Médio estabelecidas pela Lei n°.13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017, a visão política-pedagógica que estrutura a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio não são determinações atuais, pois deve-se levar em conta os aspectos políticos, econômicos e sociais que historicamente as envolvem para, assim, compreender a quem interessam tais mudanças e, consequentemente, os limites que essa proposição curricular pode impor à formação dos jovens da classe trabalhadora.

As alterações curriculares propostas é uma forma de transferir ao interior da escola as dimensões do complexo de reestruturação produtiva<sup>1</sup> que se desenvolve sob o novo regime de acumulação flexível. Ao considerarmos a centralidade que o trabalho ocupa no modo de produção capitalista, a escola é decisiva para o desenvolvimento econômico, enquanto formadora de um trabalhador flexível, que atenda aos interesses do setor financeiro.

Assim, a escola passa a ter a tarefa da formação de subjetividades flexíveis disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe

[..] de modo que os que vivem do trabalho adquirem conhecimentos genéricos que lhes permitirão exercer, e aceitar, múltiplas tarefas no mercado flexibilizado. Ser multitarefa, neste caso, significa exercer trabalhos simplificados, repetitivos, fragmentados, para os quais seja

---

<sup>1</sup> A reestruturação produtiva ou regime de acumulação flexível trata-se do processo de flexibilização do trabalho iniciado com a crise do taylorismo-fordismo e contrapõe-se a essa estrutura rígida no processo de divisão do trabalho, resumindo a uma atividade repetitiva sem a participação do trabalhador no processo de planejamento característico da produção massificada de mercadorias. Nesse sentido, a reestruturação produtiva visa à subsunção do trabalhador à lógica do capital de modo que, além de sua força produtiva, esteja envolvida também a sua subjetividade operária.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

suficiente um rápido treinamento, de natureza psicofísica, a partir de algum domínio de educação geral, o que não implica necessariamente, à educação básica completa. (KUENZER, 2007, p. 494-5).

Sob a ótica capitalista, o Ensino Médio, historicamente, no Brasil, apresentou um caráter dual: de um lado a formação propedêutica e de outro a educação profissional, voltado à classe trabalhadora e alternativo à Educação Superior. A última, ligada ao caráter mercantilista da educação com vistas à formação para o trabalho, não em sua plenitude, mas em sua segunda forma de objetivação: enquanto força produtiva para o mercado “reproduzindo os objetivos operacionais do ensino coerentes com os padrões taylorista-fordistas de produção.” (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 30).

Nesse sentido, é nítido vermos as amarras do modo de produção capitalista às proposições das reformas educacionais citadas. Embora o Estado não possua “poder próprio” ele materializa e concentra as relações de classe de modo que, nas relações sociais, suas funções não são neutras.

O aparelho do Estado tende a se estabelecer acima das classes, nem por isso está menos penetrado pelas classes existentes e seus conflitos. Serve à classe dominante ou às classes dominantes, arbitrando suas rivalidades, quando estas ameaçam a existência da sociedade. (LEFEBVRE, 1968, p. 90).

Para a manutenção de seus interesses, “classes e frações de classe ocupam o terreno da dominação política.” (POULANTZAS, 1978). Nas recentes reformas educacionais para o Ensino Médio – Lei 13.415/2017, BNCC e Diretrizes Curriculares Nacionais é clara a dominação da classe hegemônica nas relações sociais e produtivas voltadas à educação dos jovens da classe trabalhadora que se concretiza por meio de um currículo minimizado de conteúdos à captura de sua subjetividade seja enquanto força de trabalho seja na reprodução da ideologia das frações de classe dominantes desse modo de produção.

Por fim, esta pesquisa tem como objetivo analisar as implicações das recentes reformas educacionais voltadas para o Ensino Médio – a Lei 13.415, a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais – no que tange ao currículo desta etapa de ensino e, conseqüentemente, a formação dos

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**  
jovens e suas condições de acúmulo intelectual para inserção na Educação Superior.

### **Metodologia**

Este estudo pauta-se numa pesquisa bibliográfica e documental, a partir do levantamento, leitura e análise de documentos (leis, decretos, instruções, orientações pedagógicas), que versem sobre as recentes reformas do Ensino Médio Lei 13.415/2017, Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução n.º3 de 21 de novembro de 2018 – e à inserção dos jovens na Educação Superior e de referencial teórico pertinentes ao tema da pesquisa. Severino (2007) esclarece:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122).

O encaminhamento desta pesquisa deverá considerar a abordagem do materialismo histórico como método de investigação, buscando compreender as implicações das reformas educacionais estudadas na formação dos jovens da classe trabalhadora para a sua inserção na Educação Superior.

A dialética sob o prisma do materialismo histórico parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos. As coisas e suas representações refletem conceitos na mente, os quais estão em mudanças contínuas e ininterruptas de devir. Para Marx, a dialética se fundamenta no movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano. Portanto, só existe dialética se houver movimento, e só há movimento se existir processo histórico (SANFELICE, 2008 apud GOMIDE, 2016).

Este método auxiliará na compreensão da totalidade de nosso objeto e suas correlações com a sociedade em que está inserido, o modo em que se materializa e as contradições que o determinam.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

A partir da fonte pesquisada e dos dados obtidos é que poderemos dar os encaminhamentos à nossa análise, que deverá considerar o contexto histórico e social da produção dos documentos e dados investigados à luz do materialismo histórico dialético para que possamos chegar aos resultados propostos em nosso problema de pesquisa.

### **Resultados e Discussão**

A pesquisa analisará as implicações das recentes reformas educacionais voltadas para o Ensino Médio – a Lei 13.415/2017a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Resolução nº. 3 de 21 de novembro de 2018 – na inserção da classe trabalhadora na Educação Superior. Nesse processo, será necessário buscar elementos para discutir a proposta de educação presente na atual reforma e nos documentos (leis, decretos, resoluções) que propõem um sistema de educação em consonância com o princípio de acumulação flexível e alinhados com a proposta de Estado Mínimo.

Constatou-se, até este momento da pesquisa, ainda que a Reforma do Ensino Médio está sendo financiada pelo Banco Mundial e visa, em grande parte, a atender interesses de grupos empresariais e políticos do país. O Ensino Médio como está posto, apresenta um viés mercadológico com intuito de formação da força produtiva, funcional ao sistema capitalista e desconsidera uma formação integral com à cultura letrada, ao conhecimento historicamente construído e entendidos como direito de todos.

Por nossa investigação preliminar, permite-se também compreender que os ajustes curriculares focados na aprendizagem de Português e Matemática admitem um resultado maior na avaliação do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) e, conseqüentemente, obter financiamentos junto ao Banco Mundial.

Nesse sentido, é possível constatar que a atual Reforma do Ensino Médio visa a atender interesses diversos relacionados mais ao setor produtivo e empresarial que de fato com a formação dos jovens brasileiros, mais especificamente os da classe trabalhadora, visto que escolas especializadas são cada vez mais restritas a uma elite que pode pagar por

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

elas, o que consolida, mais uma vez, um ensino médio dual e inviabiliza a inserção dos jovens da classe trabalhadora na Educação Superior.

### **Conclusões**

Apesar de a pesquisa ainda estar em desenvolvimento, já é possível perceber que as mudanças curriculares no Ensino Médio estão alinhadas ao regime de acumulação flexível que tem como primazia a formação aligeirada de trabalhadores e com subjetividades flexíveis que não questionem e reproduzam o discurso hegemônico das frações de classes dominantes. Tais currículos, tendencialmente empobrecidos em relação à oferta de conteúdos que permitam a reflexão mais ampliada e uma compreensão de uma visão de mundo ampla e crítica, pode inviabilizar a inserção da classe trabalhadora na Educação Superior, que historicamente no ingresso e/ou permanência exige tais conhecimentos.

Isso tem se revelado pela nova estruturação curricular que separa uma parte da formação comum a todos os alunos e a outra sob a forma de itinerários formativos (indicados na BNCC) estabelecendo um acesso fragmentado ao conhecimento científico, de modo que é negado ao estudante o acesso ao conjunto de saberes historicamente acumulados e dispostos nas diferentes áreas de conhecimento. .

### **Agradecimentos**

À minha orientadora, Tania da Costa Fernandes, pelos apontamentos no encaminhamento da pesquisa e elaboração deste resumo.

### **Referências**

CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação**. In: **Retratos da Escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores** (Esforce). Brasília: CNTE, v.5, n.8, jan.- jun./2011.

GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. **O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. Políticas Educativas – PoEd**, [S.l.], nov. 2016. ISSN 1982-3207. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/PoEd/article/view/69759>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**  
KUENZER, Acacia Zeneida. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Trab. educ. saúde**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 491-508, nov. 2007. Acesso em 21 set 2019.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Editora Forense: RJ; SP, 1968.  
Capítulo V- Sociologia política: a teoria do Estado, p. 89 – 137.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Classes sociais e sua reprodução ampliada, p. 11- 38.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23<sup>a</sup>. São Paulo: Cortez, 2007.